



CONTRATO Nº. 165/2025

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURIDICOS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CEZARINA-GO E O ESCRITÓRIO META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA, inscrita no CNPJ nº 01.995.108/0001-24, NA FORMA QUE SEGUE.**

## **DAS PARTES**

**CONTRATANTE:** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 25.043.530/0001-48, com sede na Rui Barbosa, nº 159, Centro Cezarina Goiás, neste ato representado por seu gestor ALEXANDRE BATISTA DOS ANJOS (devidamente qualificada nos autos), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA**, inscrita no CNPJ nº 01.995.108/0001-24, estabelecida na Avenida Portugal, nº 1.148, Qd.29 Lt. IE, sala B 3404. Edifício Orion Business – Setor Marista Goiânia – Goiás. CEP: 74.150-030, representada pela Sra. **DJULLY STEFFANNY FERREIRA**, brasileira, bacharel em direito, inscrita em CPF nº 022.367.971-25, doravante denominada **CONTRATADA**.

**FUNDAMENTO:** Este contrato decorre do **Processo Administrativo nº 3487/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 036/2025**, de acordo com o artigo 74, inciso III, alíneas “c” e “e” da Lei Federal nº 14.133/21 em sua redação vigente, ratificada pelo Gestor Público Municipal, que faz parte integrante do presente instrumento contratual.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação dos serviços para a reparametrização fiscal dos recebimento dos valores pagos a maiores sobre as GFIP/DCTF-WEB, envolvendo levantamento dos recolhimentos do INSS, por meio de análise e perícias dos documentos pertinentes ao regime celetista sobre as VERBAS IDENIZATÓRIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS).

1.2. Reparametrização e adequação das alíquotas do RAT/FAP, levantamento e apuração/compensação dos créditos individualizados do FGTS dos servidores inativos.

1.3. Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, pela inclusão de receitas que não compõem a base de cálculo, tendo como embasamento legal a Solução de Consulta própria da Coordenação Geral de Tributação n. 278/2017 da SRF, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do PERD/COMP, nos termos da IN/SRF 1717/17, Monitoramento do recolhimento mensal da Contribuição Compulsória ao PASEP com a inclusão da dedução do crédito apurado por competência e por final a Geração de Relatório Analítico Mensal demonstrando o valor apurado, a dedução realizada quanto aos períodos anteriores e quanto à competência atual, de forma individualizada.

1.4. Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título **IRRF** Restituição do (Imposto de Renda Retido na Fonte), Decisão STF Repercussão Geral – Tema 1.1130 Instrução Normativa RFB Nº2.145/2023, com parecer Nº 5744/2022 – PGFN e pela sua regulamentação onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023.

1.5. Realização de verificação técnica e minuciosa dos valores recolhidos pela PREFEITURA nas últimas 65 (sessenta e cinco) competências mensais, incluindo as folhas de pagamento específicas do décimo terceiro salário, mediante análise integral da documentação fiscal, contábil e previdenciária referente ao período, discriminada por estabelecimento (CNPJ), com o objetivo de identificar eventuais incorreções e recolhimentos indevidos ou a maior junto ao INSS;

1.6. Verificação da possível redução tributária referente a contribuição denominada RAT (riscos Ambientais do Trabalho); para revisão e avaliação de possível redução tributária, objetivando a readequação da Alíquota praticada pelo município, de acordo com a atividade preponderante exercida e, conseqüentemente, a restituição do que já foi recolhido indevidamente nos **últimos 60 (sessenta) Meses**;

1.7. No que se refere aos créditos previdenciários vinculados ao **RAT/FAP**, realizar-se-á a apuração das verbas de natureza indenizatória não incorporáveis aos proventos de aposentadoria e, portanto, não sujeitas à incidência de contribuição previdenciária, conforme dispõe o **§1º do art. 4º da Lei Federal nº 10.887/2004** e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no **Recurso Extraordinário nº 593.068**. Serão igualmente realizadas a análise, adequação e recuperação das contribuições previdenciárias recolhidas indevidamente a título de **RAT – Risco de Acidente de Trabalho**, cuja alíquota tenha sido aplicada de forma incorreta pelo Município, mediante verificação do correto enquadramento, competência por competência, com a devida individualização dos valores. Será elaborado banco de dados com base nas informações declaradas à Secretaria da Receita Federal ao longo dos últimos 60 (sessenta) meses, identificando os servidores cujas verbas sofreram incidência indevida, promovendo-se a retificação das GFIPs transmitidas, com exclusão das verbas não tributáveis e formalização da correspondente declaração de compensação ou restituição, por meio do sistema **PER/DCOMP**, nos termos da **Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017**;

1.8. Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de **PASEP**, decorrentes da inclusão de receitas que não integram a base de cálculo da contribuição, com fundamentação na Solução de **Consulta da Coordenação Geral de Tributação nº 278/2017 da Secretaria da Receita Federal (SRF)**. Inclui-se a atualização dos créditos apurados e a formalização da declaração de compensação mediante utilização do sistema **PER/DCOMP**, conforme disposto na **Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017**. Será realizado o monitoramento mensal do recolhimento da Contribuição Compulsória ao **PASEP**, incorporando a dedução dos créditos apurados por competência, culminando na geração de Relatório Analítico Mensal detalhando os valores apurados, as deduções efetuadas relativas a períodos anteriores e à competência corrente, de forma individualizada;

1.9. Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título **IRRF** Restituição do (Imposto de Renda Retido na Fonte), pela sua regulamentação onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do **PERD/COMP**, nos termos da **IN/SRF 1717/17**.

1.10 Cronograma em relação aos itens 1.1, 1.2 e 1.3:

CRONOGRAMA	
(Verbas Idenizatórias/RAT/FAP/PASEP)	
ETAPAS	EVOLUÇÃO
Solicitação dos documentos junto ao órgãos	10%
Análise dos CNPJ (s) vinculados ao Município.	30%
Perícia dos documentos entregues.	40%
Auditoria e Levantamento dos Créditos.	70%
Apresentação dos Créditos.	80%
Solicitação e Autorização da Compensação junto a RFB.	95%
Compensação e demais comprovantes.	100%

1.11. Será realizado um protocolo junto à Receita Federal, por meio do e-CAC, apresentando a auditoria dos créditos. Após a análise e o aceite dessa auditoria pela Receita Federal, dar-se-á prosseguimento a compensação.

1.12. Cronograma em relação ao item 1.4.

CRONOGRAMA	
(IRRF)	
ETAPAS	EVOLUÇÃO
Solicitação dos documentos para Auditoria.	10%
Auditoria e Levantamento dos Créditos.	30%
Apresentação dos Créditos.	60%
Protocolação junto a RFB solicitando a Compensação/Repatriação dos créditos.	70%
Judicialização de Mandado de Segurança em face da União, com o objetivo de pleitear a compensação e/ou repatriação dos créditos.	80%
Compensação/repatriação dos créditos mediante despacho decisório da RFB e/ou sentença favorável em Mandado de Segurança.	100%

1.13. Parágrafo Único: Será realizado um protocolo junto à Receita Federal, por meio do e-CAC, apresentando a auditoria dos créditos. Após a análise e o aceite dessa auditoria pela Receita Federal, dar-se-á prosseguimento a compensação.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO**

2.1 – Os serviços serão executados de acordo com a conveniência da Administração Pública Municipal, devendo acontecer após a autorização/assinatura do contrato.

2.2 - A autorização de prestação de serviços somente pode ser assinada pelo Gestor Público Municipal.

2.3 - Os serviços objeto dessa contratação deverão ser executados na sede da empresa Contratada, ou em local a ser determinado pelo CONTRATANTE.

2.4 - Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.

2.5 - Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços objeto, encargos sociais originários da execução do presente Contrato, incluindo impostos, taxas, obrigações relativas à Legislação Trabalhista correrão inteira e exclusivamente por conta da futura contratada.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1 – A ESTIMATIVA DE REPARAMETRIZAÇÃO/REPATRIAÇÃO FISCAL, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS E DEMAIS SERVIÇOS TERÁ COMO BASE O PERCENTUAL DE HONORÁRIOS INDICADOS ABAIXO:

3.2. A parametrização e/ou repatriação fiscal e financeira relacionada à Previdência em Regime Geral (INSS) e demais serviços, sendo que qualquer valor apurado, recuperado e/ou compensado, a menor ou a maior, indicará a remuneração pela prestação do serviço. Sobre o crédito efetivamente recuperado ou compensado via PER/DCOMP, será aplicado o percentual de R\$ 0,20 (vinte centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado em que versa sobre:

3.3. Contribuições Previdenciárias Gerais: com base na média anual dos recolhimentos de contribuição previdenciária das VERBAS IDENIZATÓRIAS dos últimos 5 (cinco) anos, e considerando que o Município contribui mensalmente para o INSS à alíquota de R\$ 0,20 (vinte centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado sobre os servidores contratados e comissionados, estipula-se uma margem estimada de recolhimento a maior de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor total da Folha de Pagamento, resultando em um valor estimado de R\$ 7.083.768,00 (sete milhões oitenta e três mil setecentos e sessenta e oito reais).

3.4. O serviço tem por finalidade a adequação e recuperação tributária, especificamente no que se refere à Contribuição de Risco Ambiental do Trabalho – RAT. Conforme disposto no artigo 202 do Decreto nº 6.042, de 12 de fevereiro de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 1.080/2010, artigo 72, §1º, incisos I, alíneas 'c' e 'd', o enquadramento deve ocorrer com base na atividade econômica preponderante, e não de forma generalizada. No caso do Município, embora exerça atividade de administração pública, há preponderância de outras atividades classificadas como de risco leve, sendo possível a aplicação da alíquota de 1% (um por cento) para a contribuição ao RAT. Estima-se, com isso, um valor de recuperação de

R\$ 2.361.256,00 (dois milhões trezentos e sessenta e um mil duzentos e cinquenta e seis reais).

3.5. Apuração e compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, conforme Solução de Consulta nº 278/2017 da SRF, com atualização, formalização via PER/DCOMP e monitoramento mensal, incluindo relatório analítico individualizado. Estimativa da recuperação total dos créditos de PASEP no valor de R\$ 72.943,00 (setenta e dois mil novecentos e quarenta e três reais).

3.6. Apuração e repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), fundamentada na decisão do STF – Repercussão Geral, Tema 1.1130, na Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023 e no parecer nº 5744/2022 da PGFN, conforme regulamentação vigente. Estimativa da recuperação total dos créditos de IRRF no valor de R\$ 8.312.400,00 (oito milhões trezentos e doze mil e quatrocentos reais).

3.7. VALOR TOTAL ESTIMADO A RECUPERAR: Somando-se as estimativas apontadas nos subitens 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, estima-se um valor total a recuperar de **R\$ 17.830.367,00 (dezessete milhões oitocentos e trinta mil trezentos e sessenta e sete reais);**

3.8. VALOR DOS HONORÁRIOS: Assim, como o percentual máximo dos honorários contratuais, a incidir sobre o valor total compensado e/ou recuperado da CLÁUSULA TERCEIRA, “DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO”, será de acordo com a fórmula abaixo discriminada onde os serviços serão remunerados de acordo com os recursos efetivamente ingressados nos cofres da Prefeitura do Município, ou por ele economizados/compensados, denominados BENEFÍCIOS, atribuindo-se o valor de R\$ 20,00 (vinte) reais para cada R\$ 100 (cem) reais recuperados.

3.9. A Remuneração Mensal - RM, devida pelo CONTRATANTE, já que o município não terá despesas diretas dos cofres públicos, somente pagará a CONTRATADA, caso receba algum provento mediante o êxito da CONTRATADA, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o percentual de R\$ 0,20 (vinte centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado sobre o valor recuperado.

3.10. Os valores referentes aos itens 3.4, 3.5, 3.6 está sujeito a alterações devido a prescrições ou ausência de documentações solicitadas.

3.11. A remuneração será devida durante todos os meses em que for identificada a manutenção e/ou incremento da ECONOMIA.

3.12. Ao final dos trabalhos, em se apurando valor a ser recuperado superior ao disposto nos itens anteriores, a remuneração do futuro CONTRATADA será limitada ao valor máximo estimado de honorários, limitando-se a remuneração ao teto proposto.

3.13. Por outro lado, na hipótese de serem apurados valores passíveis de recuperação inferior ao estimado no item 3.2, incidirá o estabelecido no item 3.7 para adequação da remuneração em relação ao montante efetivamente recuperado, funcionando o percentual como limitador em favor da Administração Pública Municipal.

3.14. O item 3.5, referente ao IRRF, será pago conforme o Cronograma constante do item 1.12 constante neste contrato.

3.15. O cálculo da remuneração do futuro CONTRATADO levará em conta o momento do ingresso dos valores recuperados nos cofres da PREFEITURA ou o momento da concretização da economia devidamente demonstrada e atestada pela Secretaria de Finanças. Entende-se como concretização o momento em que efetivada compensação com obrigações correntes e houver benefício com a economia tributária; o momento em que houver depósito na conta do Município, quando a recuperação

envolver exclusão de valores indevidamente inseridos em parcelamentos anteriormente efetuados, proveniente de decisão administrativa ou judicial; e o momento em que houver depósito na conta do Município de valores devolvidos por restituição direta (pagamento).

3.16. No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais, despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.

3.17. O valor a ser pago para a CONTRATADA será em cima do seu serviço prestado, e não da opção de compensação do CONTRATANTE.

3.18. O prazo para o pagamento pela CONTRATANTE é de 5 (cinco) dias úteis após a prestação da nota fiscal realizada pela CONTRATADA.

3.19. Os valores serão fixos e irrevogáveis, ou revogáveis, desde que norma Federal estabeleça, e será utilizado aquele estabelecido para tal fim, que mantenha a equivalência do valor ajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO ATRASO DE PAGAMENTO**

4.1 – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

#### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL**

5.1 – Toda alteração ou prorrogação deverá ser precedida por termo aditivo, atendido ao disposto nos artigos 107 e 124 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo único** - O presente contrato poderá ainda ser aditado, e aditado de acordo com a legislação vigente, para prorrogar o mesmo e adaptar às variações da economia e para preservar o equilíbrio financeiro do contrato.

5.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DURAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 – A despesa decorrente da execução do contrato será empenhada no presente exercício e correrá à Dotação Orçamentária:

**03.03.04.122.0735.2.166.3.3.90.39 - FICHA 88 – FONTE 100**

6.2 – O prazo de duração do Contrato de **24 (vinte e quatro) meses**, com vigência a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo a critério do CONTRATANTE de acordo com o artigo 107 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1 – O CONTRATANTE obriga-se a:



- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no contrato e seus anexos.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo e anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão especialmente designada.
- e) Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente a prestação de serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e anexos.
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 – A **CONTRATADA**, além das resultantes da Lei 14.133/21 se obriga, nos termos deste Contrato, a:

- a) Permitir e facilitar a inspeção da prestação do serviço, pela fiscalização da administração, sem se eximir de sua responsabilidade.
- b) A responsabilidade exclusiva por danos causados à administração ou a terceiros, inclusive por qualquer de seus empregados ou prepostos.
- c) O pagamento regular de todos os tributos que incidirem sobre a prestação dos serviços.
- d) Manter-se durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, considerando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência.
- e) A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- f) A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no item não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DO CONTRATO E DAS PENALIDADES**

9.1 - O descumprimento de qualquer exigência do Termo de Referência implicará na aplicação das sanções descritas nos art. 155 da Lei Federal n. 14.133/2021.

9.2 - A Contratada que não cumprir integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a **CONTRATADA** tenha direito a qualquer indenização quando:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte sem prévia ou expressa anuência do **CONTRATANTE**.

10.2 – O presente contrato poderá ser rescindido pôr mútuo acordo, quando atendidas as conveniências dos serviços e disponibilidade de recursos financeiros.

10.3 – A Administração reserva-se no direito de rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 138, da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO**

11.1 – O Regime Jurídico do presente contrato, estabelecido pelo art. 74, e seus incisos, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, conferem a ADMINISTRAÇÃO a prerrogativa de:

- a) Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às suas finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA, mediante Termo Aditivo, conforme art. 124, I da Lei Federal nº 14.133 /21.
- b) Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 138, da Lei 14.133 /21, e suas alterações posteriores.
- c) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1 - As partes contratantes elegem a sede do **CONTRATANTE**, o Foro competente, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que originarem da execução do presente contrato.

12.2 - E assim para todos os feitos legais, assinam o presente contrato em 03 (três) vias, pelas partes contratantes para um só efeito.

ALEXANDRE  
BATISTA DOS  
ANJOS:8000712016  
8

Cezarina-GO, 21 de agosto de 2025.  
Assinado de forma  
digital por ALEXANDRE  
BATISTA DOS  
ANJOS:80007120168

---

**Prefeitura Municipal de Cezarina-GO**  
**ALEXANDRE BATISTA DOS ANJOS**  
**CONTRATANTE**

META TECNOLOGIA  
TRIBUTARIA  
LTDA:01995108000124

Assinado de forma digital por META  
TECNOLOGIA TRIBUTARIA  
LTDA:01995108000124  
Dados: 2025.08.24 17:39:26 -03'00'

---

**META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA**  
**CNPJ nº 01.995.108/0001-24**





Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

CPF:

02. \_\_\_\_\_

CPF: